

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

REQUERIMENTO Nº DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Realização de Audiência Pública em alusão
ao Dia Nacional da Pessoa com
Surdocegueira,

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, em alusão ao Dia Nacional da Pessoa com Surdocegueira, celebrado anualmente em 12 de novembro, com o objetivo de debater os principais desafios enfrentados por pessoas com surdocegueira no Brasil, bem como os caminhos para a promoção de políticas públicas efetivas que assegurem a acessibilidade, a comunicação, a educação e a plena inclusão social dessa população.

JUSTIFICATIVA

A **surdocegueira** é uma condição rara e complexa, que exige respostas específicas do poder público. Pessoas com essa deficiência enfrentam limitações severas na comunicação e no acesso à informação, o que dificulta sua autonomia e participação social. A ausência de dados precisos, de profissionais capacitados e de políticas públicas direcionadas contribui para a invisibilidade desse grupo, que permanece às margens dos serviços básicos de saúde, educação, mobilidade e inclusão digital.

O reconhecimento da surdocegueira como deficiência única e específica, nos termos do Decreto nº 9.522/2018, foi um avanço importante. No entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir a efetivação dos direitos previstos na **Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015)**. Poucas escolas estão adaptadas, os serviços de saúde carecem de protocolos especializados, e a formação de intérpretes-guia e profissionais de apoio à comunicação ainda é extremamente limitada.

É urgente que o poder público e a sociedade civil dialoguem sobre as necessidades reais das pessoas com surdocegueira. A audiência pública proposta será



um espaço para ouvir relatos, apresentar experiências bem-sucedidas e propor soluções práticas, como a ampliação de centros de referência, o fortalecimento das redes de apoio e a promoção de tecnologias assistivas. Trata-se de um passo essencial para garantir não apenas acessibilidade, mas dignidade, autonomia e pertencimento.

Contamos com a aprovação deste requerimento e o engajamento dos parlamentares, especialistas, instituições e entidades da sociedade civil para a construção de um debate profundo e transformador.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Sala das Comissões, de de 2025

DEPUTADO DUARTE JR
PSB/MA

